

PROPOSTA DE REDAÇÃO

A partir da leitura dos textos motivadores e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo em modalidade escrita formal da língua portuguesa sobre o tema **“Desafios para democratizar o acesso ao ensino superior no Brasil”**, apresentando proposta de intervenção que respeite os direitos humanos. Selecione, organize e relacione, de forma coerente e coesa, argumentos e fatos para defesa de seu ponto de vista. Não se esqueça: seu texto deve ter mais de 7 (sete) linhas e, no máximo, 30 linhas.

TEXTO 1

Estudantes das redes pública e privada se preparam para fazer as provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e tentar uma vaga em uma faculdade. No entanto, com a pandemia, as diferenças entre o ensino público e privado foram intensificadas e diminuir essa diferença é um desafio para promover igualdade de acesso à universidade.

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostrou que, dos 6 milhões de estudantes sem acesso à internet na pandemia no país, 5,8 milhões eram da rede pública. Em Pernambuco, no ensino médio, a pesquisa aponta cerca de 50 mil sem acesso domiciliar à internet.

Os alunos de escola pública tiveram menos aulas presenciais e remotas presenciais do que os de escola privada. Isso foi constatado na síntese de indicadores sociais sobre o Brasil, divulgada pelo IBGE no fim de 2021.

O estudo reuniu três bases de dados distintas, segundo gerente da síntese, João Hallak. “A gente percebe ali diferenças entre estruturas de escolas pública e privada, [...] e também características dos próprios estudantes”, disse.

No Brasil, os pesquisadores do IBGE coletaram dados de 6612 escolas e mais de 159 mil alunos. Os indicadores mostram que, na pandemia, 42,6% das escolas tiveram aulas ao vivo, com possibilidade de interação, do aluno fazer pergunta – entre elas, 69,8% eram na rede privada.

De 6 a 17 anos, a quantidade de alunos sem aula e sem atividade pedagógica na rede pública foi quatro vezes maior do que na rede privada. Entre os estudantes de 15 a 17 anos na rede pública, 48,6% tinham computador e internet em casa, enquanto na rede privada, era 90%.

“O estudo menciona a falta de água corrente ou de sabão no banheiro. Isso é um indicativo de que a infraestrutura de determinadas escolas não é adequada nem para o ensino presencial. Então, imagine para o ensino remoto, em que as dificuldades são maiores”, disse Hallak.

<https://g1.globo.com/pe/pernambuco/educacao/noticia/2022/11/11/diminuir-distancia-entre-alunos-da-rede-publica-e-privada-e-desafio-para-igualdade-de-oportunidades-no-acesso-ao-ensino-superior.ghtml>

TEXTO 2

Uma das principais tarefas do processo educacional é ampliar os horizontes dos alunos e criar novas oportunidades de difusão de conhecimento. No ensino superior, essa prioridade se manifesta na pesquisa e na formação profissional do aluno.

Uma das metas do Plano Nacional de Educação é que, em 2024, 33% dos jovens de 18 a 24 anos estejam matriculados no ensino superior. No entanto, até agora, a taxa é de 21,4%.

Muitos procuram a graduação por motivos financeiros: é estimado que um diploma de graduação ofereça aumento salarial. Além disso, a oportunidade de adquirir conhecimento e se desenvolver em uma profissão especializada é o sonho de muitos jovens brasileiros.

Dessa forma, abrir as portas para um ensino mais democrático é um investimento na inclusão social: com acesso à educação, esses jovens têm uma ampla gama de possibilidades pessoais e profissionais. A sociedade tem uma perspectiva mais justa e o aluno pode retornar seu conhecimento a ela.

Em benefício às instituições, um corpo discente mais diverso e de vivências múltiplas enriquece o currículo, cria conexões significativas e melhora o ensino para todos.

<https://blog.saraivaeducacao.com.br/democratizacao-do-ensino/>

TEXTO 3

LEI DE COTAS NAS UNIVERSIDADES E INSTITUTOS FEDERAIS

A **Lei Federal n.º 12.711**, mais conhecida como Lei de Cotas, entrou em vigor em **29 de agosto de 2012**. Completou, portanto, uma década este ano.

A lei prevê que **50% das vagas** em universidades e institutos federais sejam para pessoas que estudaram em escolas públicas. Desse total, metade é destinada à população com renda familiar de até 1,5 salário mínimo per capita.

A distribuição das vagas da cota racial e de deficiência - que ocorre dentro dos 50% destinado a escolas públicas - **é feita de acordo com a proporção de indígenas, pretos, pardos e pessoas com deficiência da unidade da federação onde está situada a instituição**, segundo dados do IBGE.

A Universidade do **Estado do Rio de Janeiro (Uerj)** foi a **pioneira** na adoção da política afirmativa no país. Desde o vestibular de 2003, parte das vagas é destinada a estudantes autodeclarados pretos e pardos e estudantes da rede pública de ensino, com base na situação socioeconômica.

Entre as instituições federais, a **Universidade de Brasília (UnB)** foi a **precursora**. A política afirmativa foi aprovada em 2003, mas a regra começou a valer para as seleções do ano seguinte.

Na UFCA, a Lei de Cotas é cumprida desde a criação da Universidade em 2013. A reserva para pessoas com deficiência, entretanto, só começou a ser cumprida na seleção de 2017.2, após o Sisu inserir essa reserva de vaga.

Fonte: UFCA e Agência Senado

<https://www.andifes.org.br/?p=94709>